

Pares Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 43.761.758/0001-55 - Rua Guaianases, 1281 - São Paulo/SP

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Permanecemos à disposição, para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						A Diretoria											
Balancos Patrimoniais						Balancos Patrimoniais											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado		Receitas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Circulante		95.593	86.775	32.662.253	27.326.944	Circulante		88.648	73.877	30.087.334	24.959.566						
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.184	12.124	2.445.123	1.412.993	Passivos de contratos de seguro	18	-	-	13.632.844	10.670.728						
Ativos financeiros						Débitos de operações de seguro e resseguro	19	-	-	760.235	615.783						
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	5.1.1	-	-	7.259.676	7.478.690	Passivos financeiros	20	-	-	13.581.379	11.658.869						
Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.1.2	-	-	253.334	-	Impostos e contribuições a recolher	21	186	157	729.687	660.963						
Aplicações financeiras mensuradas a custo amortizado	5.1.3	-	-	264.719	-	Dividendos e JCP a pagar	22	83.642	73.289	261.432	357.220						
Empréstimos e recebíveis	6	-	-	10.590.630	9.382.483	Instrumentos financeiros derivativos		-	-	1.443	-						
Prêmios a receber de segurados	7	-	-	7.299.599	5.550.561	Passivo de arrendamento		-	-	16.016	12.894						
Recebíveis de prestação de serviços		-	-	302.430	80.400	Outros passivos	23	4.820	431	1.104.298	983.109						
Ativos de resseguro		-	-	160.896	159.734	Não circulante		283.025	243.429	8.745.920	7.548.455						
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	8	83.691	73.358	-	-	Passivos de contratos de seguro	18	-	-	5.790.649	5.758.977						
Impostos e contribuições a recuperar	9	639	1.232	250.157	219.741	Passivos financeiros	20	276.761	228.899	1.632.940	984.092						
Bens à venda	10	-	-	256.468	208.844	Impostos de renda e contribuição social diferidos	14.2	-	-	423.830	312.849						
Custos de aquisição diferidos	11	-	-	2.648.250	2.218.715	Impostos e contribuições a recolher	21	-	-	26.422	20.640						
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	60	18.022	Passivo de arrendamento		-	-	132.921	118.814						
Outros ativos	12	79	61	930.911	596.761	Outros passivos	23	4.372	11.218	642.722	196.834						
Não circulante		2.431.545	2.355.932	16.544.088	14.322.097	Provisões judiciais	24	1.892	3.312	96.436	156.249						
Ativos financeiros						Patrimônio líquido	25	2.155.465	2.125.401	10.373.087	9.141.020						
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado	5.1.1	-	-	2.040	1.808	Capital social		1.218.751	1.218.751	1.218.751	1.218.751						
Aplicações financeiras a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.1.2	-	-	3.013.896	3.718.693	Reservas de lucros		936.950	906.854	936.950	906.854						
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	5.1.3	-	-	2.995.055	2.352.016	Outros resultados abrangentes		(236)	(204)	(236)	(204)						
Empréstimos e financiamentos	6	-	-	1.167.741	1.142.828	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	8.217.622	7.015.619						
Prêmios a receber de segurados	7	-	-	405.924	301.708	Total do passivo e patrimônio líquido		2.527.138	2.442.707	49.206.341	41.649.041						
Ativos de resseguro		-	-	14.036	13.779	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras											
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.1	-	-	1.372.102	926.965	Lucro líquido do exercício		190.426	244.390	1.106.239	1.518.902						
Impostos e contribuições a recuperar	9	-	-	2.316	2.295	Outros lucros abrangentes		(32)	(293)	(16.173)	(285.308)						
Custos de aquisição diferidos	11	-	-	580.969	166.862	Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas		(32)	(304)	(31.497)	(297.250)						
Outros ativos	12	-	-	144.797	39.768	Ajustes acumulados de conversão		-	-	738	10.474						
Depósitos judiciais	13	4.139	4.139	236.557	302.342	Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas		-	-	14.586	1.457						
Propriedades imobiliárias de investimento		-	-	338.079	103.203	Variação cambial de investidas no exterior		-	11	-	11						
Investimentos em controladas	15	2.427.292	2.351.654	201.577	579.447	Total dos lucros abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários		190.394	244.097	1.090.066	1.233.594						
Outros investimentos		19	19	60.419	35.159	Atribuível a:											
Ativo imobilizado	16	95	120	2.255.092	2.158.699	- Acionistas da Companhia		190.394	244.097	190.394	244.097						
Ativos intangíveis	17	-	-	3.642.873	2.378.685	- Acionistas não controladores em controladas		-	-	899.672	989.497						
Ativo de direito de uso		-	-	110.615	97.840	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras											
Total do ativo		2.527.138	2.442.707	49.206.341	41.649.041												

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido										
	Capital social	Ajuste de variação cambial	Ajuste de TVM	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Acionistas não controladores em		Total do patrimônio líquido	
							Total	controladas		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.018.751	14	75	130.445	931.942	-	2.081.227	6.727.830	8.809.057	
Aumento de capital	200.000	-	-	-	(200.000)	-	-	-	-	
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(113.701)	-	(113.701)	(333.263)	(446.964)	
Aquisição de ações de própria emissão	-	-	-	-	-	-	-	(45.432)	(45.432)	
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	-	-	-	-	-	-	-	13.116	13.116	
Ajuste de títulos e valores mobiliários - controladas (resultado abrangente)	-	-	(304)	-	-	-	(304)	(296.946)	(297.250)	
Ajustes acumulados de conversão - controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	-	-	10.474	10.474	
Variação cambial de investidas no exterior	-	11	-	-	-	-	11	-	11	
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	-	-	1.457	1.457	
Aumento de participação - não controladores	-	-	-	-	-	-	-	20	20	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	244.390	244.390	1.274.512	1.518.902	
Destinação do lucro do exercício:										
Constituição de reservas	-	-	-	12.220	145.948	(158.168)	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(86.222)	(336.149)	(422.371)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.218.751	25	(229)	142.665	764.189	-	2.125.401	7.015.619	9.141.020	
Transações de capital com acionistas	-	-	-	-	-	-	634.122	634.122	-	
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	-	-	-	-	(61.927)	-	(61.927)	(198.013)	(259.940)	
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	-	-	-	-	-	-	-	97.275	97.275	
Ajuste de títulos e valores mobiliários - controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	-	(32)	(31.465)	(31.497)	
Ajustes acumulados de conversão - controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	-	-	738	738	
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(29.036)	(29.036)	
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	-	-	14.586	14.586	
Aumento de participação - não controladores	-	-	-	-	-	-	-	40.338	40.338	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	190.426	190.426	915.813	1.106.239	
Destinação do lucro do exercício:										
Constituição de reservas	-	-	-	9.521	82.502	(92.023)	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(98.403)	(98.403)	(242.355)	(340.758)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.218.751	25	(261)	152.186	784.764	-	2.155.465	8.217.622	10.373.087	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional e informações gerais: A Pares Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações com sede em São Paulo, estado de São Paulo - Brasil, que tem por objeto a participação como acionista ou quotista, no capital de outras empresas em geral e a promoção ou participação em empreendimentos e operações industriais, comerciais, mercantis e imobiliárias. A Companhia é controladora em conjunto da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ("PSIUPAR"). A PSIUPAR tem como objeto exclusivo congregar e deter participações acionárias (a) na Porto Seguro S.A. ("PSSA") ou em eventuais sucessoras desta; e (b) em sociedades que sejam controladas pela PSSA. A PSIUPAR é controladora (de forma direta e indireta) de empresas que exploram os seguintes ramos de atividades: (a) Holdings: Porto Seguro S.A. ("PSSA"); (b) Seguros, previdência complementar e capitalização: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Porto Cia."), opera seguros de danos e de pessoas. Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Porto Vida e Previdência"), opera seguros de pessoas e planos de previdência complementar nas modalidades de pecúlio e renda. Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. ("Porto Seguro Uruguay"), opera seguros de danos e pessoas no Uruguai. Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro saúde. Azul Companhia de Seguros Gerais ("Azul Seguros"), opera seguros de danos e de pessoas. Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Itaú Auto e Residência"), opera seguros de danos. Porto Seguro Capitalização S.A. ("Porto Capitalização"), administra e comercializa títulos de capitalização. (c) Financeiras e consórcio: Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis. Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito. Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar"), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos. (d) Serviços e comércio: Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. ("Proteção e Monitoramento"), presta serviços relacionados à proteção e ao monitoramento eletrônico. Porto Seguro Renova - Serviços e Comércio Ltda. ("Renova"), comercializa e distribui peças automotivas. Porto Seguro Renova - Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda. ("Renova Peças Novas"), comercializa e distribui peças automotivas novas. Crediprot Promotora de Serviços Ltda. ("Crediprot"), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo. Franco Corretagem de Seguros Ltda. ("Franco"), presta serviços técnicos de corretagem de seguros. Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. ("Serviços Médicos"), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde. Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde. Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica. Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Porto Serviços e Comércio"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros. Porto Seguro Atendimento Ltda. ("Porto Atendimento"), presta serviços de "telemarketing" e atendimento em geral. Porto Seguro Telecomunicações Ltda. ("Porto Conecta"), presta serviços de telecomunicações. Porto Serviços S.A. ("Porto Serviços Uruguay"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai. Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. ("Porto Seguro Saúde Ocupacional"), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais. Porto Seguro Investimentos Ltda. ("Porto Investimentos"), administra e faz a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, fundos de investimento e outros recursos de terceiros. Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech"), tem por atividades modelos de assinatura de veículos, gestão de frotas para empresas, entre outras modalidades de locação de veículos. Sua denominação social anterior era Porto Seguro Locadora de Veículos S.A. ("Porto Locadora"), alterada conforme AGE de 08 de outubro de 2021. Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. ("Porto Assistência") presta serviços de porto socorro, assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares. OM Soluções Imobiliárias Ltda. ("Olho Mágico") é uma plataforma de anúncios de imóveis para aluguel, criada para simplificar e transformar o processo de locação, tornando-o 100% digital, simples, ágil e seguro, sendo as imobiliárias parceiras da Porto Seguro. PetLove Cayman Ltd. ("Petlove"), tem por finalidade o comércio varejista de animais vivos, de artigos e de alimentos para animais de estimação. ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), opera por meios de pagamento eletrônico que atua na abertura de cancelas de pedágios e estacionamentos. Porto Assistência Participações S.A. ("Porto Assistência Participações") tem por objeto a participação, compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de seguros reguladas e não reguladas, no Brasil e no exterior. Nido Tecnologia Ltda. ("Nido") atua no desenvolvimento de soluções tecnológicas ("software") para o ramo imobiliário. CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("CDF") é uma plataforma de serviços que oferece soluções para consumidores finais por meio de parcerias com varejistas, telecom, "utilities" e seguradoras. CDF Assistências Ltda. ("CDF Ltda.") controlada integralmente pela CDF, tem como atividade econômica a prestação de serviços de assistência divididos em duas categorias: assistência de auto e moto e assistências residenciais e emergenciais. Porto Saúde Participações S.A. ("Porto Saúde Participações"), "holding" da vertical saúde, de empresas do Grupo reguladas e não reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Porto Saúde Serviços S.A. ("Porto Saúde Serviços"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo não reguladas no mercado de saúde. Porto Saúde Operações S.A. ("Porto Saúde Operações"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo reguladas pela ANS. Porto Bank S.A. ("Porto Bank"), "holding" da vertical financeira, de empresas do Grupo reguladas e não reguladas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Porto Serviços Financeiros S.A. ("Porto Serviços Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo não reguladas no mercado financeiro. Porto Negócios Financeiros S.A. ("Porto Negócios Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo reguladas pelo BACEN. Porto Seguro Financeiros S.A. ("Porto Seguro Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de negócio Porto Bank. 1.1 Combinação de negócios: 1.1.1 Cisão Porto Assistência: A Porto Assistência passou a desenvolver as atividades de assistência cidadã da operação da Porto Cia. (a partir de 1º de maio de 2022) e Porto Serviços (a partir de 1º de agosto de 2022). A cisão tem por finalidade concentrar negócios relacionados em uma mesma entidade e assim otimizar a sua gestão dentro do grupo Porto Seguro, além de ser uma condição precedente à combinação de negócios. 1.1.2 Conclusão da constituição Porto Assistência Participação: Em 1º de setembro de 2022 a Companhia divulgou o Fato Relevante informando que foi concluída em 31 de agosto de 2022 a constituição da Porto Assistência Participações, mediante o aporte integral das ações da Porto Assistência e CDF a valor contábil histórico. A Porto Assistência Participações é controlada pela Companhia e explora serviços de assistência automotiva e marketplace, oferecidas hoje aos clientes Porto e também as soluções da CDF, maior "marketplace" B2B2C de serviços do Brasil, com serviços de assistência, instalação e manutenção presencial, além de suporte remoto para consumidores dos segmentos de varejo, telecomunicações, "utilities", seguros e mercado financeiro, criando uma das maiores empresas de serviços do país para diversos clientes através de diferentes canais de venda. 1.1.3 Contraprestação Transferida: A combinação de negócios teve a Porto Seguro S.A. como adquirente e Controladora, Porto Assistência e Participações como companhia veiculo e como contribuintes de suas ações integrais as companhias Porto Assistência e CDF. Na ótica da adquirente, a contraprestação transferida teve a cessão de 18,83% da participação da Porto Assistência Participações e a obtenção indireta de 81,17% da participação da CDF, a valor justo no montante de R\$ 644.329. O referido valor justo foi mensurado com base em metodologia de cálculo de múltiplo EV ("Enterprise Value") aplicado ao "EBITDA", projetado para os próximos 12 meses, excluindo os respectivos endividamentos líquidos, a partir da data do "closing", em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. A Companhia, após a combinação de negócios, teve sua participação societária reduzida de 100% para 81,17% no montante de R\$ 10.207 mensurado a valor contábil, tendo em vista a manutenção do controle dos ativos e passivos da Porto Assistência. A mudança na participação societária detida não resultou em perda de controle da Porto Assistência Participações, constituindo apenas transação patrimonial, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações consolidadas. 1.1.4 Ativos identificados adquiridos e passivos assumidos: O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram apurados com base na melhor estimativa da Administração, suportada pelo acordo de acionistas, e espera-se finalizar o "Purchase Price Allocation" - PPA, dentro do prazo permitido pela referida norma contábil. 1.1.5 Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill"): O ágio apurado na aquisição foi reconhecido no exercício como diferença entre o valor da contraprestação mensurada a valor justo e ativos líquidos adquiridos aos valores históricos registrados. O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados. Esses benefícios são reconhecidos separadamente dos ativos intangíveis identificáveis. (+) Contraprestação transferida 644.329 (-) Investimento a valor de livros (81,17%) (159.428) (-) Ativos líquidos adquiridos (127.671) **Ágio por expectativa de rentabilidade futura 357.230**

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis utilizadas pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas ("Corporação") na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário. 2.1 Base de preparação: A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas

continua ->



★ continuação

norma estabeleça os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. Após estes passos, a Companhia optará, de acordo com os requisitos da norma, o modelo de mensuração, sendo eles: (i) modelo geral de mensuração ("BBA - Business Block Approach"); (ii) modelo de taxa variável ("VFA - Variable Fee Approach"); (iii) abordagem de alocação de prêmio ("PPA - Premium Allocation Approach"). Os modelos "I" e "II" são mais complexos e consideram os fluxos de caixa contratuais ajustados. Tais modelos são aplicáveis para contratos de mais longo prazo, tais como contratos de vida e previdência. O modelo "III" é um modelo simplificado, similar aos modelos atuais de contabilização de contratos de seguros, aplicável para contratos não onerosos e de até 12 meses. A norma passa a vigorar em 1 de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação e espera impactos de baixos a moderados na mensuração de seus contratos, uma vez que parte substancial de seu portfólio é composto por seguros de curto prazo, por isso elegíveis para o modelo simplificado. Já na apresentação de suas demonstrações financeiras é esperado impacto relevante com a adoção de novos formatos, novos agrupamentos e nomenclaturas. Contudo, tais impactos até o momento não podem ser precisamente dimensionados. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia e a PSSA estão localizadas. As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior. O resultado e o balanço patrimonial da Porto Seguro Uruguai e Porto Serviços Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguiano) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa: Incluem dinheiro em caixa, contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses. **2.6 Ativos financeiros:** A Administração da Corporação determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata-se da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros.

Após os novos conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado: São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. (ii) Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment"). (iii) Custo amortizado: Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço. (iv) Determinação de valor justo de ativos financeiros: Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto. • Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos: 2.7.1 Derivativos embutidos: A controladora PSSA emite contratos de previdência complementar em que os participantes têm garantia de taxas de juros e opções de resgate de sua reserva. Essas garantias atendem à definição de um derivativo embutido, entretanto, é utilizada a isenção prevista na IFRS 4 - Contratos de Seguro, na qual, caso o derivativo embutido atenda à definição de um contrato de seguro por si só, não é efetuada a separação do derivativo embutido nesse contrato. Essas garantias embutidas são consideradas no Teste de Adequação do Passivo (TAP), pois modificam os fluxos de caixa estimados dos contratos. **2.7.2 Instrumentos de "Hedge":** As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela PSSA, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta descurado do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício (em "Resultado financeiro"), simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3. No início das operações de "hedge", a PSSA documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a PSSA verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade.

2.8 Ativos de resseguro: Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros. Essa metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração da PSSA quanto à documentação e ao trâmite do processo de recuperação com os resseguradores.

2.9 Análise de recuperação de ativos ("Impairment"): 2.9.1 Empréstimos e recebíveis (clientes): Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a PSSA somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento e, se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de "impairment", a PSSA utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco). A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo. **2.9.2 Ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

2.10 Bens à venda: São classificados como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação, veículos oriundos dos encerramentos dos contratos de locações e bens retornados de garantias oferecidas nas operações de crédito que são avaliados ao valor realizável **2.11 Custo de aquisição diferido (DAC):** As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de anuidade são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices. Os custos administrativos diretamente relacionados a obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Pares Empreendimentos e Participações S.A.

Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. **2.12 Ativos intangíveis:**

a) Softwares: Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. **b) Ágio e intangível com vida útil indefinida - combinação de negócios:** O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável. A Companhia reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado. O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável ("impairment") a fim de determinar se houve perda no valor recuperável. O teste para verificação do valor recuperável ("impairment") utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos. **c) Intangível com vida útil definida - combinação de negócios:** Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear.

2.13 Ativo imobilizado de uso próprio: Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são ativos somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. **2.14 Passivos de contratos de seguro e previdência complementar:** A Corporação utilizou as diretrizes da IFRS 4 para avaliação dos contratos de seguro e aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: teste de adequação de passivos - TAP; avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro; entre outras políticas aplicáveis. Não foram aplicados os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - (NTAs), onde estão adiante relacionadas: - Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG); - Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE); - Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial; - Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR); - Provisão de Despesas Relacionadas (PDR); - Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) do ramo de seguro-saúde; - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC); - Provisão Complementar de Cobertura (PCC); - Provisão de Despesas Relacionadas (PDR); - Provisão de Excedente Financeiro (PEF); **2.15 Passivos financeiros: 2.15.1 Empréstimos e financiamentos:** Os passivos originados de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo financeiro. Esses passivos são avaliados subsequentemente pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros dos contratos são apropriados até o vencimento. A Corporação avalia quaisquer opções de resgate antecipado ou regras diferenciadas de liquidação de dívida com a finalidade de identificação de derivativos embutidos em tais contratos. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é estimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo. **2.15.2 Passivos de planos de capitalização:** Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio, ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais, e estão descritas abaixo: - Provisão Matemática para Resgates (PMR); - Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar; - Provisão para Despesas Administrativas (PDA). **2.16 Benefícios a empregados:** Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos. Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano **Portoprev** da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano **Portoprev II** na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões. Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços. O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido. **2.17 Provisões judiciais e passivos contingentes:** As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscal e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Quando existem depósitos judiciais diretamente vinculados às provisões para processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, essas provisões são apresentadas líquidas dos respectivos depósitos. Os demais depósitos judiciais são apresentados no ativo. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente. **2.18 Passivo de Arrendamento:** Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. **2.19 Reconhecimento de receita: 2.19.1 Prêmios de seguros e resseguros:** As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG. As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional). **2.19.2 Contribuições de planos de previdência:** As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativa e de carregamento cobradas. **2.19.3 Operações de crédito:** A receita de juros sobre os empréstimos e financiamentos concedidos permanece sendo reconhecida mesmo após o contrato entrar em atraso. A partir do momento em que houver uma grande deterioração do ativo a receita passa a ser reconhecida pelo valor do ativo líquido do provisionamento registrado. **2.19.4 Receitas com títulos de capitalização:** A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado "pro rata temporis" de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA. **2.19.5 Receitas de prestação de serviços, comercialização de equipamentos de monitoramento e administração de consórcio de bens:** As receitas de prestação de serviços, de comercialização de equipamentos e de taxas de administração de consórcio de bens compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Porto Seguro. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio limita-se à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme legislação vigente. **2.21 Imposto de renda e contribuição social:** Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras e financeiras é constituída à alíquota de 16%. Para a Controladora e as demais empresas da Porto Seguro, a alíquota vigente é 9%. Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações. **2.22 Estimativas e julgamentos contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício

findo em 31 de dezembro de 2021. **3. Gestão de riscos:** Em razão do grande número de negócios em que atua, a Corporação está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Corporação. Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Corporação adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Corporação dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos. A abordagem da Corporação para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa: • Unidades operacionais; • Funções de controle; e • Auditoria interna. Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco. Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes; e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro. A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias: **Riscos Financeiros:** • Risco de Crédito: é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. • Risco de Liquidez: é a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. • Risco de Mercado: é a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira. **Riscos de Seguro:** • Risco de Subscrição: é a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as suas expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento. **Risco Operacional:** • Risco Operacional: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal. • Outros: incluem os riscos de estratégia, de imagem e socioambiental.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Caixa e bancos	1	1	450.723	438.921
Equivalentes de Caixa (*)	11.183	12.123	1.994.400	974.072
	11.184	12.124	2.445.123	1.412.993

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs) e aplicações em fundos de investimentos e Certificado de Depósito Interbancário - CDI, de liquidez imediata. **5. Instrumentos financeiros: 5.1 Ativos financeiros - Consolidado: 5.1.1 Instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado - Consolidado:**

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Outras	Total	Outras	Total
	consolidado		consolidado	
	PSSA	Seguros	Previdência	atividades
Fundos abertos				
Cotas de fundos de investimentos				
- DPVAT (*)	116.073	253.642	-	538
Cotas de fundos de investimentos	-	129.834	44.608	2.787
Outras aplicações	-	2.040	-	2.040
	116.073	385.516	44.608	3.325
				549.522
				571.717
Fundos exclusivos				
LFTs	89.215	1.780.760	1.368.183	287.919
Cotas de fundos	226.244	224.226	532.721	16.160
NTNs - B	70.389	-	538.779	-
Letras financeiras				
- privadas	8.358	101.739	462.276	9.389
Debêntures	11.627	91.199	447.248	13.064
Ações de companhias abertas	55.834	105.593	132.818	-
CDBs	-	130	89.878	-
NTNs - C	-	-	29.459	-
DPGE	165	834	14.232	186
Nota comercial	70	355	3.066	78
LTNs	-	-	-	-
DI	-	-	-	-
	461.902	2.304.836	3.618.660	326.796
	577.975	2.690.352	3.663.268	330.121
				6.712.194
				6.908.781
Total				7.261.716
Circulante	-	-	-	7.259.676
Não circulante	-	-	-	2.040

(*) Redução deve-se pelo processo de "run-off" do Consórcio DPVAT. **5.1.2 Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Consolidado:**

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Seguros	Previdência	Total consolidado	Total consolidado
Carteira própria (*)				
NTNs - B	2.492.355	-	2.492.355	3.175.424
NTNs - F	340.250	-	340.250	358.324
LTNs	253.335	-	253.335	-
NTNs - C	-	181.290	181.290	184.945
Total	3.085.940	181.290	3.267.230	3.718.693
Circulante	-	-	-	253.334
Não circulante	-	-	-	3.013.896

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em "Carteira própria" em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 3.687.851 (R\$ 4.086.827 em 31 de dezembro de 2021), gerando assim um resultado não realizado registrado no patrimônio líquido de R\$ (52.495) (R\$ (495.417) em 31 de dezembro de 2021). **5.1.3 Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado - Consolidado:**

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Contro-ladora	Seguros	Previdência	Outras
	consolidado		consolidado	
	Seguros	Previdência	atividades	Total
Fundos exclusivos (*)				
NTNs - B	64.275	1.219.027	334.796	80.535
NTNs - C	-	-	850.063	-
NTNs - F	-	-	-	850.063
LTNs	19.377	223.526	-	446.054
LTNs	-	-	-	21.816
Total	83.652	1.442.553	1.184.859	548.710
				3.259.774
				2.352.016
Circulante	-	-	-	264.719
Não circulante	-	-	-	2.995.055

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 3.155.971 (R\$ 2.314.236 em 31 de dezembro de 2021). **6. Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado) - Consolidado:**

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
	consolidado		consolidado	
Títulos e créditos a receber (i)	7.691.105	(68.056)	7.623.049	7.185.644
Financiamentos (ii)	2.105.688	(304.797)	1.800.891	2.104.809
Operações de cartão de crédito (iii)	3.315.439	(1.755.713)	1.559.726	1.896.922
Empréstimos	875.829	(101.124)	774.705	521.279
	13.988.061	(2.229.690)	11.758.371	11.708.654
				(1.183.343)
				10.525.311

Provisão sobre o total da carteira

	15,94%	10,11%
--	--------	--------

★ continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Pares Empreendimentos e Participações S.A.

8. **Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber - Controladora:** O saldo de R\$ 83.691 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 73.358 em 2021) refere-se ao montante líquido de juros sobre o capital próprio a receber de empresas investidas.

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Imposto de renda	-	138.471	114.746	-
Contribuição social	-	-	41.601	50.018
Impostos - Uruguai	-	-	23.477	15.230
INSS	-	-	21.838	4.101
PIS e COFINS	-	-	17.647	30.135
Outros	639	1.232	9.439	7.806
	639	1.232	252.473	222.036
Circulante	639	1.232	250.157	219.741
Não circulante	-	-	2.316	2.295

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Salvados (*)	-	232.544	220.881	-
Veículos desativados de locações	-	60.565	17.450	-
Veículos recuperados de financiamentos	-	9.780	11.816	-
Imóveis a venda	-	2.505	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(48.926)	(41.303)	-
		256.468	208.844	

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Automóvel	1.738.228	1.406.787	1.406.787	1.406.787
Patrimonial	752.575	453.496	453.496	453.496
Saúde	296.475	186.757	186.757	186.757
Riscos financeiros	210.810	177.714	177.714	177.714
Pessoas	159.128	115.516	115.516	115.516
Responsabilidades	17.808	10.098	10.098	10.098
Transportes	12.521	4.806	4.806	4.806
Outros	41.674	30.403	30.403	30.403
	3.229.219	2.385.577	2.385.577	2.385.577
Circulante	2.648.250	2.218.715	2.218.715	2.218.715
Não circulante	580.969	166.862	166.862	166.862

O prazo médio de diferimento da DAC é de 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas antecipadas	-	-	355.657	117.589
Cosseguro aceito	-	-	128.453	4.855
Comissões em processamento (i)	-	-	81.591	84.948
Outros créditos a receber	-	-	-	-
de cartão de crédito	-	-	172.252	189.468
Receíveis de resseguro	-	-	46.404	67.381
Programa sempre presente	-	-	36.172	8.649
Contas a receber - financeiro	-	-	34.712	-
Adiantamentos administrativos	-	-	64.310	55.438
Valores a receber - seguro	-	-	31.975	27.639
Bloqueio judicial	-	-	8.194	7.608
Almoxarifado	-	-	7.464	5.677
Convênio DPVAT	-	-	3.708	1.540
Cheques a depositar	-	-	7.176	2.524
Outros	79	61	97.640	63.213
	79	61	1.075.708	636.529
Circulante	79	61	930.911	596.761
Não circulante	-	-	144.797	39.768

(i) Representam pagamentos de comissões a corretores sobre riscos vigentes e não emitidos.

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Processos judiciais com adesão ao REFIS	-	-	125.350	191.000
PIS e COFINS	-	-	31.016	47.261
Sinistros judiciais	-	-	37.536	39.681
Outros	4.139	4.139	42.655	24.400
	4.139	4.139	236.557	302.342

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos: 14.1 Ativo não circulante - Consolidado:

	Constituição de ativos e reversão de passivos		Constituição de passivos e reversão de ativos	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	121.874	467.042	(347.258)	241.658
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	312.229	228.595	(12.852)	527.972
Provisão para obrigações legais	431.423	45.699	(20.127)	456.995
Provisões sobre ajustes de instrumentos financeiros (i)	161.305	118.275	(71.401)	208.179
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	115.292	35.927	(12.446)	138.773
Provisão de participação de lucros	28.597	125.710	(81.793)	72.514
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	30.925	58.606	(55.733)	33.798
Outras provisões	93.169	73.639	(47.948)	118.860
	1.172.940	686.451	(302.300)	1.557.091
Compensação de ativo/passivo diferido (ii)	(367.849)	-	(426.647)	-
Não circulante	926.965	926.965	926.965	926.965

(i) Corresponde aos efeitos sobre a marcação ao valor de mercado dos papéis existentes na "Carteira própria" que estão classificados em Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - ORA, bem como as operações de "hedge" de fluxo de caixa oriundas de captação de moeda estrangeira (Lei nº 4.131/62). (ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
IRPJ e CSLL sobre combinação de negócios	363.328	343.220	363.328	343.220
IR e CS sobre CPC 47	66.674	-	66.674	-
IR e CS sobre a realização de imóveis	20.058	49.707	20.058	49.707
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	66.364	45.523	66.364	45.523
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	27.605	14.051	27.605	14.051
Outros	39.982	56.734	39.982	56.734
	584.011	509.235	584.011	509.235
Compensação de ativo/passivo diferido	(160.181)	(196.386)	(160.181)	(196.386)
	423.830	312.849	423.830	312.849

14.3 Imposto de renda e da contribuição social (sobre o lucro) - Consolidado: Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	1.266.094	1.690.632	1.266.094	1.690.632
Alíquota vigente (i)	40%	40%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(506.438)	(676.253)	(506.438)	(676.253)
Dividendos e JCP	192.009	151.114	192.009	151.114
Inovação tecnológica (ii)	96.887	168.111	96.887	168.111
Depósitos judiciais	28.768	-	28.768	-
Incentivos fiscais	13.272	18.344	13.272	18.344
Indébitos tributários (iii)	-	272.861	-	272.861
Equivalência patrimonial	-	-	-	-
Majoração da alíquota CSLL (i)	(2.104)	(19.721)	(2.104)	(19.721)
Baixa pra perda - diferido	(24.196)	-	(24.196)	-
Participação nos lucros	(26.632)	(26.467)	(26.632)	(26.467)
Outros	68.579	(59.719)	68.579	(59.719)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	346.583	504.523	346.583	504.523
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	(159.855)	(171.730)	(159.855)	(171.730)
Taxa efetiva (D/A)	12,2%	10,2%	12,2%	10,2%

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras. (ii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem), a partir de 2021. (iii) Em 2021 houve a reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais, conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16 de dezembro de 2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indébitos tributários) e em virtude da Circular nº 09/2021 emitida pelo IBRACON.

15. Investimento em controladas - Controladora: As participações societárias estão assim representadas:

	Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.		Outras Investidas		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Capital social	2.772.233	2.772.233	-	-	-	-
Número de ações (mil)	228.942	228.942	-	-	-	-
Participação (%)	41,07	41,07	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	2.391	3.390	-	-	-	-
Patrimônio líquido	2.802.252	2.800.059	-	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	236.049	269.286	-	-	236.049	269.286
Total dos investimentos em controladas	2.427.291	2.351.653	-	-	2.427.291	2.351.653
Outras investidas	-	-	1	1	1	1
Saldos de investimentos	2.427.291	2.351.653	1	1	2.427.292	2.351.654

Movimentação do investimento na PSIUPAR:

	Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.		Outras Investidas		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Saldo do exercício anterior	2.351.653	2.286.759	-	-	2.351.653	2.286.759
Ajuste reflexo de ajuste de valor a mercado de TVM de controlada	(32)	(304)	-	-	(32)	(304)
Ajuste reflexo de variação cambial de controlada	-	11	-	-	-	11
Dividendos destacados pela controlada	(49)	(70)	-	-	(49)	(70)
Dividendos Recebidos	(61.928)	(117.807)	-	-	(61.928)	(117.807)
Equivalência patrimonial (a)	236.049	269.286	-	-	236.049	269.286
Direitos de usufruto sobre JCP creditado pela PSSA	(98.402)	(86.222)	-	-	(98.402)	(86.222)
Saldos em 31 de dezembro	2.427.291	2.351.653	-	-	2.427.291	2.351.653

Composição do saldo:

	Valor do investimento	Valor do direito financeiro (b)
Valor do investimento	1.150.819	1.149.918
Valor do direito financeiro (b)	1.276.472	1.201.735
Total	2.427.291	2.351.653

(a) Refere-se ao resultado de equivalência patrimonial correspondente ao lucro líquido gerado pela controlada indireta PSSA no período posterior a constituição da PSIUPAR. A apuração da equivalência patrimonial considera os efeitos resultantes dos direitos dos usufrutuários sobre as ações de emissão da PSSA e está demonstrada conforme a seguir:

	Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.		Outras Investidas		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	2.391	3.390	-	-	2.391	3.390
Participação (%)	41,07	41,07	-	-	41,07	41,07
Resultado da equivalência patrimonial	982	1.392	-	-	982	1.392
Efeito do usufruto financeiro sobre as ações (1)	235.067	267.894	-	-	235.067	267.894
Resultado da equivalência patrimonial registrado	236.049	269.286	-	-	236.049	269.286

(1) O efeito do usufruto financeiro sobre as ações de emissão da PSSA foi apurado tendo por base a parcela do lucro gerado pela PSSA não reconhecida pela PSIUPAR conforme condições estabelecidas nos seus atos constitutivos. O montante de R\$ 235.067 (R\$ 267.894 em 2021) corresponde ao direito financeiro detido pela Companhia sobre 138.385.686 ações. (b) Usufruto financeiro sobre as ações da PSSA: **Gravame de usufruto financeiro sobre as ações da PSSA:** O capital social da Companhia foi integralizado por seus acionistas por meio da conferência da nua-propriedade de ações da PSSA. Conforme estabelecido nos respectivos atos societários, parte das ações da PSSA objeto dessas integralizações encontram-se gravadas com reserva do direito sobre dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições de lucros em dinheiro, estendendo-se essa reserva ao direito a dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições atribuídas às ações resultantes de futuras bonificações ou desdobramentos das ações originalmente gravadas ("usufruto"), enquanto que o direito a voto de cada ação será exercido pela Companhia. Nesse contexto, das 457.883.778 ações de emissão da PSSA de sua titularidade, a Companhia possui direitos financeiros sobre 1.607.952 ações. Os direitos financeiros sobre 456.275.826 ações não pertencem à Companhia, mas aos usufrutuários dessas ações. Dessa forma a Companhia efetuou uma provisão em seus investimentos e no cálculo da equivalência patrimonial decorrentes da aplicação do percentual de participação sobre os lucros não distribuídos da PSSA, os quais, o direito do usufruto dessa participação pertence a terceiros e não à Companhia. A controlada PSSA constitui reserva estatutária de lucros (para manutenção de participação societária) na qual são registradas as parcelas não realizadas de lucros de cada exercício e também as decorrentes do ajuste de equivalência patrimonial do valor do investimento em controladas, as quais são contabilizadas nas controladas da PSSA na conta de "Reserva estatutária", destinada à manutenção do patrimônio líquido em montante adequado ao atendimento das exigências legais de margem de solvência e de cobertura dos passivos não operacionais destas controladas. Na medida em que os lucros destinados à reserva para manutenção de participação societária forem realizados, os valores correspondentes à realização

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Edificações	671.701	103	(133.978)	(14.719)
Terrenos	244.257	-	(91.064)	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	131.032	9.407	(512)	(10.954)
Obras em andamento	32.500	-	-	(32.500)
	1.079.490	9.510	(225.554)	(25.673)
Informática	76.765	86.573	(510)	(50.652)
Móveis, máquinas e utensílios	6.965	898	(297)	(4.865)
Rastreadores	2.075	5.949	(622)	(4.570)
Veículos	2.267	369	(33)	(674)
Equipamentos	1.806	1.043	(145)	(1.558)
	89.878	94.832	(1.607)	(312)
Veículos e equipamentos locados a terceiros	989.331	745.052	(269.651)	(45.389)
	989.331	745.052	(269.651)	(45.389)
	2.158.699	849.394	(496.812)	(133.381)

de participação societária forem realizados, os valores correspondentes à realização

★ continuação

18. Passivos de contratos de seguro - Consolidado:				
	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguros (i)	16.438.448	16.263.516	13.508.703	13.335.190
Previdência complementar (ii)	2.985.045	2.985.045	2.921.002	2.921.002
	19.423.493	19.248.561	16.429.705	16.256.192
Circulante	13.632.844	10.670.728		
Não circulante	5.790.649	5.758.977		
(i) Seguros:				
	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	10.957.680	10.897.298	8.412.914	8.349.285
Provisão matemática - seguros	2.338.155	2.338.155	2.248.351	2.248.351
Sinistros a liquidar (administrativos e judiciais)	2.241.342	2.166.544	2.011.796	1.941.526
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	593.967	554.215	462.178	422.564
Demais provisões	157.160	157.160	142.391	142.391
	16.438.448	16.263.516	13.508.703	13.335.190
Circulante	13.164.990	10.355.640		
Não circulante	3.273.458	3.153.063		
(ii) Previdência complementar - Consolidado:				
	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão matemática de benefícios a conceder	2.567.000	2.567.000	2.589.719	2.589.719
Provisão matemática de benefícios concedidos	314.336	2.456.903	278.929	278.929
Provisão complementar de cobertura	60.831	—	—	—
Demais provisões	42.878	52.354	—	—
	2.985.045	2.921.002	2.868.648	2.868.648
Circulante	13.164.990	10.355.640		
Não circulante	3.273.458	3.153.063		

19. Débitos de operações de seguro e resseguro - Consolidado:				
	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de 2022	Líquido de 2022	Bruto de 2021	Líquido de 2021
Comissões sobre prêmios emitidos	619.185	512.927		
Resseguradoras	81.851	87.709		
Outros débitos de seguros	59.199	15.147		
	760.235	615.783		

20. Passivos financeiros:				
	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Operações com cartão de crédito (i)	—	—	7.688.029	6.888.635
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	—	—	3.672.390	2.401.697
Debêntures e empréstimos (iii)	276.761	228.899	2.456.903	1.279.460
Passivos de capitalização (iv)	—	—	1.318.807	1.091.581
Captação de recursos - Depósitos (v)	—	—	51.410	952.089
Passivos de arrendamento (vi)	—	—	26.780	29.499
Total	276.761	228.899	15.214.319	12.642.961
Circulante	—	—	13.581.379	11.658.869
Não circulante	276.761	228.899	1.632.940	984.092

(i) Referem-se, principalmente, a valores a pagar a estabelecimentos filiados. (ii) Captação de recursos da Portoseg, remunerados com base no CDI. (iii) No Consolidado, o aumento refere-se principalmente às captações de recursos para aquisições de veículos da Mobitech. (iv) São compostos por: provisões para resgates dos títulos de capitalização, atualizados monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada de 0,35% ou 0,50% ao ano, e provisões para sorteios. (v) Referem-se aos depósitos interfinanceiros, depósitos com garantia especial e depósitos com certificados da Portoseg. (vi) Referem-se a passivos de financiamento de veículos, máquinas e equipamentos de informática que não se enquadram no escopo da IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Os passivos financeiros avaliados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

21. Impostos e contribuições a recolher:				
	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
IOF sobre prêmios de seguros	—	—	430.086	347.625
PIS e COFINS	7	6	70.676	72.036
INSS e FGTS	98	88	47.570	40.293
Contribuição social	—	—	43.344	71.711
IRRF	75	58	40.211	30.167
Imposto de renda	—	—	38.073	77.092
Uruguai	—	—	25.274	—
ISS	5	4	12.323	10.686
Outros	1	1	48.552	31.993
	186	157	756.109	681.603
Circulante	186	157	729.687	660.963
Não circulante	—	—	26.422	20.640

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar: O saldo de R\$ 83.642 (R\$ 73.289 em 2021) na controladora e R\$ 261.432 (R\$ 357.220 em 2021) no consolidado se refere ao montante líquido de juros sobre o capital próprio a pagar e dividendos a seus acionistas.

23. Outros passivos:				
	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Participações nos lucros	—	—	145.361	250.325
Fornecedores	19	16	407.273	307.226
Passivo de transação com fundo de investimento imobiliário	—	—	366.774	—
Provisão de férias e encargos	429	415	150.499	126.178
Devolução a consorciados	—	—	8.479	81.760
Receitas a diferir (i)	—	—	280.550	108.804
Provisão cartão de crédito fidelidade	—	—	116.938	91.229
Benefícios a empregados	—	—	83.104	77.182
Operações de "swap"	—	—	47.140	—
Provisão de profit sharing	—	—	34.983	33.957
Outras	8.744	11.218	106.119	104.002
	9.192	11.649	1.747.020	1.179.943
Circulante	4.820	431	1.104.298	983.109
Não circulante	4.372	11.218	642.722	196.834

(i) Referem-se a: receita das marcas e canal de distribuição que serão diferidas ao longo do prazo dos contratos com a Petlove, receitas com taxa de adesão da Porto Consórcio e outras receitas das controladas CDF S.A. e CDF LTDA. 24. Provisões judiciais: A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Pares Empreendimentos e Participações S.A.

Companhia e suas controladas indiretas são partes envolvidas em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião dos departamentos jurídicos da Companhia, das controladas indiretas e de seus consultores legais externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas, bem como a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações. A controladora apresenta as suas provisões contingências no passivo, líquido dos depósitos judiciais, diretamente ligados e elas. Assim o consolidado segue a mesma apresentação. As provisões constituídas são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Obrigações legais (*)	168.316	147.898	1.476.290	1.464.675
Contingências trabalhistas	—	—	40.855	36.524
Contingências cíveis	—	—	49.457	43.296
	168.316	147.898	1.566.602	1.544.495
(-) Depósitos judiciais	(166.424)	(144.586)	(1.470.143)	(1.388.246)
Provisão líquida	1.892	3.312	96.436	156.249

(*) Obrigações legais fiscais e previdenciárias - Composição por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
PIS/COFINS	168.316	147.898	1.092.599	1.023.813
Processos judiciais com adesão ao REFIS	—	—	288.478	356.218
Outros	—	—	95.213	84.644
Total de contingências fiscais (*)	168.316	147.898	1.476.290	1.464.675
(-) Depósitos judiciais	(166.424)	(144.586)	(1.460.143)	(1.377.818)
Provisão líquida	1.892	3.312	16.147	86.857

(*) Este quadro refere-se exclusivamente às obrigações e depósitos de natureza fiscal, não incluindo ações passivas e depósitos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis.

25. Patrimônio líquido: (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social é de R\$ 1.218.751, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 69.246.167 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 55.656.757 ações ordinárias e 13.589.410 ações preferenciais. Em AGE/O, de 03 de maio de 2021, foi deliberado o aumento de capital social de R\$ 200.000, sem emissão de novas ações. (b) Reserva de reavaliação reflexa de controladas: A reserva de reavaliação representa o saldo da reserva de reavaliação sobre ativos de empresa controlada tomada proporcionalmente à participação da Companhia, a qual é movimentada na mesma proporção em que a controlada realiza a reserva por depreciação ou baixa dos ativos. (c) Reservas reflexas de avaliação patrimonial: A controlada registra os efeitos de variação cambial sobre investimentos no exterior e os efeitos dos ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários em contas específicas do patrimônio líquido, sendo incorporados aos resultados do período em que ocorrer a efetiva realização. (d) Reservas de lucros: (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. (ii) Reserva estatutária para manutenção de participações societárias: É constituída em até 90% do lucro líquido e tem por finalidade preservar a integridade do capital social da Companhia, sua capacidade de investimento e a representatividade da participação da Companhia em suas controladas e coligadas, não podendo exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros. (e) Dividendos: De acordo com o estatuto social, são assegurados dividendos de no mínimo 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício. A Companhia exerceu a opção de pagar aos acionistas os juros sobre o capital, no montante de R\$ 98.403 (R\$ 86.222 em 2021). Os juros foram calculados com base na variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, contabilizados como despesa financeira e para efeitos societários, imputados aos dividendos do exercício. Durante o exercício de 2022, a Companhia efetuou pagamentos adicionais por conta de reservas de lucros no montante de R\$ 61.927 (R\$ 113.701 em 2021).

26. Prêmios líquidos emitidos e contraprestações emitidas - Consolidado: Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres e às contraprestações líquidas dos planos de saúde. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Prêmios cedidos emitidos (resseguro)	Prêmios líquidos emitidos (resseguro)	Prêmios cedidos emitidos (resseguro)	Prêmios líquidos emitidos (resseguro)	Prêmios cedidos emitidos (resseguro)	Prêmios líquidos emitidos (resseguro)
Automóvel	14.200.013	—	14.200.013	10.841.384	—	10.841.384
Saúde	3.135.247	—	3.135.247	2.198.358	—	2.198.358
Patrimonial	2.096.972	(27.250)	2.069.722	1.793.542	(51.407)	1.742.135
Pessoas	1.296.873	(34.109)	1.262.764	1.047.457	(22.335)	1.025.122
Riscos financeiros	796.139	(6.607)	789.532	763.454	(6.765)	756.689
VGBL	279.513	—	279.513	293.666	(55)	293.611
Transportes	260.612	(4)	260.608	227.753	(1.933)	225.820
Outros	663.482	(68.825)	594.657	546.456	(43.335)	503.121
	22.728.851	(136.795)	22.592.056	17.712.070	(125.830)	17.586.240

27. Outras receitas operacionais - Consolidado:				
	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Venda de imóveis e Investimentos (i)	—	—	133.494	275.422
Seguros (ii)	—	—	25.347	7.436
Outras receitas com cartão de crédito	—	—	56.038	48.748
Previdência	—	—	31.762	28.116
Outras	23	21	19.840	27.532
	23	21	266.481	387.254

(i) Em 2022, o montante deve-se principalmente ao ganho decorrente da aquisição da Petlove, após conclusão do laudo de avaliação PPA e a alienação de veículos da Mobitech. Em 2021, corresponde principalmente ao valor justo da troca de controle da Petlove. (ii) Referem-se, principalmente, às receitas de honorários do convênio DPVAT, oriundos de atendimento aos segurados do consórcio. 28. Variações das provisões técnicas - Consolidado: As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	2.475.309	2.471.428	1.095.826	1.083.668
Provisão matemática	279.288	279.288	296.127	296.127
Provisão de plano de previdência	191.374	191.374	133.179	133.179
	2.945.971	2.942.090	1.525.132	1.512.974

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

a relatar a esse respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

29. Sinistros retidos bruto - Consolidado: Os sinistros retidos (despesas com sinistros) compreendem as indenizações avisadas e variação de IBNR. A tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos de salvados e ressarcimentos. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Recuperação de resseguro	Resseguradoras	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Resseguradoras	Líquido de resseguro
Automóvel	9.179.952	(31)	9.179.921	6.705.578	269	6.705.847
Saúde	2.543.650	—	2.543.650	1.739.276	—	1.739.276
Patrimonial	742.882	(13.833)	729.049	569.645	(13.915)	555.730
Pessoas	429.082	(33.230)	395.852	509.214	(30.435)	478.779
Riscos financeiros	454.030	320	454.350	293.450	1.682	295.132
Outros	331.797	(30.499)	301.298	331.598	(58.537)	273.061
	13.681.393	(77.273)	13.604.120	10.148.761	(100.936)	10.047.825

30. Custos de aquisição seguros - Consolidado:

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Automóvel	—	—	2.674.484	2.424.193
Patrimonial	—	—	571.255	496.648
Pessoas	—	—	348.323	303.953
Saúde	—	—	272.391	175.